

REGISTRO GERAL (Livro N.º 2)

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

MACEIÓ — ALAGOAS

CNM: 001925.2.0005892-64

Cláudio Pereira de Andrade
Cláudio Pereira de Andrade
OFICIAL

1984

MATRÍCULA N.º 5892 (cinco mil, oitocentos e noventa e dois)-DATA: 24 de / Setembro de 1984.

-Direito de Ocupação de um terreno situado no Pontal da Barra, desta cidade, com uma área de 4.465m² e tem os seguintes limites, dimensões e confrontações: Partindo do ponto nº 2, situado onde se cruzam limites do terreno em apreço com terrenos do Loteamento OASIS e de Abenair Gomes Lages e Nair Gomes Lages, segue em linha reta acompanhando uma cerca em rumo // magnético 7º00' NW e mede 111,00 (cento e onze metros) até o ponto nº 2-A confrontando-se com terreno do Loteamento OASIS e dos herdeiros de Otávio Graciliano do Nascimento. Do ponto nº 2-A, segue em linha reta em rumo // magnético 71º00' NE e mede 25,00m (vinte e cinco metros) até o ponto nº 4, confrontando-se com terreno do mesmo senhor José Gomes Bonfim. Do ponto nº 4 segue em linha sinuosa acompanhando uma cerca em rumo magnético geral SE e mede 119,00m (cento e dezenove metros) até o ponto nº 3, confrontando-se com terreno de Abenair Gomes Lages e Nair Gomes Lages. Do ponto nº 3 / segue em linha reta acompanhando uma cerca em rumo magnético 73º00' SW e mede 47,55m (quarenta e sete metros e cinquenta e cinco centímetros) até o ponto nº 2 (ponto de partida), confrontando-se com terreno de Abenair / Gomes Lages e Nair Gomes Lages. PROPRIETÁRIO: JOSÉ GOMES BONFIM, brasileiro, viúvo, proprietário, residente e domiciliado nesta cidade. REGISTRO 7 ANTERIOR: Terreno da União Federal e transferido o direito de ocupação ao Sr. José Gomes Bonfim, por força da certidão nº 212/1978, expedida em 04.10.78, pelo Serviço do Patrimônio da União-Delegacia no Estado de Alagoas registro sob nº 2979, modelo 150; dou fe. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 24.09.84. O Oficial: *Cláudio Pereira de Andrade*

R.1-5892-Protocolo nº 10270-24.09.84.-DESAPROPRIAÇÃO-Por escritura pública de desapropriação, lavrada em 29.11.78, nas notas do 5º Ofício desta capital, Livro nº 393/248, fls.78v a 82, tabelião Hélio Ramalho Ferreira, o ESTADO DE ALAGOAS, representado pelo Procurador Judicial Dr. Marcos Bernardes de Mello, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado // nesta cidade, portador do CPF/ME sob nº 002.657.994-49, devidamente autorizado nos termos do Decreto nº 2.163, de 20.03.73, adquiriu por desapropriação de JOSÉ GOMES BONFIM, brasileiro, viúvo, proprietário, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Dr. José Carneiro, 355, Pontal da Barra, desta cidade, portador do CPF/ME sob nº 088.372.794-34, o imóvel constante desta matrícula, no valor de CR\$ 417.906,60 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e seis cruzeiros e sessenta centímetros), digo, (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e seis cruzeiros e sessenta centavos) representado pelo cheque nº 486090 contra o Banco do Estado de Alagoas S/A, quantia essa discriminada: CR\$ 366.308,60 da área de 4.465m² à razão de / CR\$ 82,04 e CR\$ 51.598,00 de benfeitorias na área expropriada; que, o imóvel foi desapropriado em virtude do Decreto Governamental nº 3192, de 08.09.77, do Governador Divaldo Suruagy; isento do imposto de transmissão; / dou fe. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 24.09.84. O Oficial: *Cláudio Pereira de Andrade*

R.2-5892-Protocolo nº 10956-10.05.85.-INCORPORAÇÃO-Por Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11.04.85, e convocação efetuada por Editais publicados no Diário Oficial do Estado, Edições de 03, 04 e 09 de Abril e no Jornal de Hoje, edições de 02, 04 e 08 de Abril de 1985, o Estado de Alagoas, representado por seu Consultor Jurídico, Dr. Luiz Henrique Amorim Rocha, nos termos da Portaria nº 427, de 10.04.85, publicada / no Diário Oficial do Estado, Edição de 11.04.85, Incorporou ao Patrimônio da CO. FANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS-CODEAL, com sede nesta capital, na Av. Duque de Caxias, nº 1108, Centro, inscrita no CGC/ME sob nº 12.288.

031/0001-79, o imóvel constante desta matrícula, juntamente com outros; / que, foi efetivado o aumento do capital social em CR\$ 2.832.582.431 (dois bilhões, oitocentos e trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros), dividido em 2.054.431 ações / ordinárias nominativas, sem valor nominal, devidamente autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10.10.84; que, estiveram presentes aprovando a matéria os senhores, Noé Simplicio do Nascimento, Con, digo, Secretário da Indústria e do Comércio, Ageval Rodrigues Dória, membro do Conselho Fiscal, Bel. Luiz Henrique Amorim Rocha, representante do acionista Estado de Alagoas, Senhor Napoleão Barbosa, Presidente do Conselho Administrativo, Dr. Alberto Nogueira, Dr. Paulo Fernando Buarque Jucá e Dr. Bianor Paes Filho; que, o mencionado imóvel foi avaliado em CR\$ 22.325.000 (vinte e dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros), pela comissão designada, nos termos da Lei nº 9760, de 05.09.46 e legislação complementar a qual passa a constituir área de uso público e comunitário; que, a referida Ata foi lavrada às fls.01 a 07 do Livro de Registro de Ata nº 2, da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas-CODEAL. Certifico que a Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas, em 18.04.85, sob nº 83/27300000351; apresentou o Alvará de Licença nº 82/85, firmado em 10.04.85, do SPU/AL; tudo mais conforme consta da referida Cópia da Ata apresentada em cartório; dou fé. Eu, *Eu. ~~Eu.~~* Escrevente, datilografei. Maceió, 10.05.85. O Oficial: *Simplicio do Nascimento*

R.3-5892-Protocolo nº 12274-18.06.86.-COMPRA E VENDA-Por escritura de compra e venda, lavrada em 03.06.86, nas notas do 4º Ofício desta capital, Lº 103, fls.25/31, tabelião Lumar Fonseca de Machado, a proprietária COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS-CODEAL., com sede na Av. Duque de Caxias nº 1108, Centro, nesta cidade, CGC/MF nº 12.288.031/0001-79, representada por seus Diretores Napoleão Cavalcante Lopes Barbosa, industrial, CPF/MF nº 002.752.204-00 e Alberto Vasconcellos Nogueira, engenheiro textil, CPF nº 003.510.754-53, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, vendeu a SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A., pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF nº 12.296.919/0001-52, sediada na Av. Assis Chateaubriand nº 5260, nesta cidade, representada por seus Diretores, Antonio Gomes Mattos Junior e Abraham Zagury, brasileiros, casados, engenheiros químicos, residentes e domiciliados nesta cidade, CIC/MF nºs 017.271.178-91 e 018.515.197-34, respectivamente, o imóvel constante desta matrícula, juntamente com outros, pelo preço de CZ\$ 3.519.425,30 (três milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e cinco cruzados e trinta centavos); foi pago o imposto de transmissão e o laudêmio; quite / com a Municipalidade e com o IAPAS, conforme consta na escritura; foram apresentadas as certidões de que trata a Lei nº 7433, de 18.12.85; dou fé. Eu, *Eu. ~~Eu.~~* Escrevente, datilografei. Maceió, 18.06.86. O Oficial: *Simplicio do Nascimento*

R.4-5892-Protocolo nº224610-08.04.2002-INCORPORAÇÃO-Por requerimento de 02.04.2002, com / firma reconhecida da TRIKEM S/A, com sede na rua Hidrogênio nº 3.342, Complexo Básico, Coppec, Polo Petroquímico, Camaçari/BA., inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0001-54 e Filial nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0013-98, representada por Jorge Augusto Bastos, brasileiro, casado, contador, portador da C.I nº 372.098/AL e inscrito no CIC/MF nº 267.692.477-04, residente e domiciliado nesta capital, por procuração particular data da de 09.04.2001, para constar que SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A., foi incorporada ao patrimônio da TRIKEM S/A, conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária, lavrada em // 12.12.96, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, arquivada na Junta Comercial / do Estado da Bahia sob nº 96062619 de 12.12.96; Certidão da Secretaria da Receita Federal nº E-5.034.548 de 01.11.2001 e CND/INSS nº 006162002-04001010 de 07.02.2002; tudo mais // conforme documentos apresentados em cartório; dou fé. Eu, *Eu. ~~Eu.~~* Escrevente, datilografei. Maceió 08.04.2002. Oficial Substituta. *Simplicio do Nascimento*

R.5-5892-Protocolo nº25143-17.01.2003-TRANSFERÊNCIA DE AFORAMENTO-Por contrato de transferência de aforamento, lavrado em 03.07.2002 no Lº AL-002/AF, fls.33, Processo nº 10465.001 074/85-59, RIP nº 2785.0001621-53, com força de escritura pública, art.13, item VI do Decreto Lei nº 147 de 03.02.67, com a redação dada pelo art.10 da Lei nº 5.421 de 25.04.68 da Secretaria do Patrimônio da União, Gerência Regional em Alagoas, a UNIÃO FEDERAL, representada de acordo com o disposto do art.14, V do Decreto Lei nº 147 de 03.02.67, pelo Sr.

REGISTRO GERAL (Livro Nº 2)

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
MACEIÓ - ALAGOAS

Cláudio Pereira de Andrade
Cláudio Pereira de Andrade


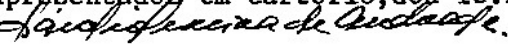
Ficha nº 02

Oficial

MATRÍCULA Nº 5892 (cinco mil, oitocentos e noventa e dois) - CONTINUAÇÃO:

Procurador Chefe da Fazenda Nacional, Dr. Elton Gomes Mascarenhas, dá em aforamento a TRIKEM S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0013-98, com sede na Av. Assis Chateaubriand nº 5260, no Pontal da Barra, nesta capital, representada por seus procuradores Jorge Augusto Bastos, brasileiro, casado, contador, portador da C.I nº 372.098/AL e inscrito no CIC/MF nº 267.692.477-04, residente e domiciliado na rua Jequitibã nº 96, Loteamento Jardim do Horto, nesta capital e Manoel Carnaúba Cortez, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da C.I nº 229.716/AL e inscrito no CIC/MF nº 209.049.084-53, residente e domiciliado na rua Lourenço M. da Silva nº 117, Aptº. 501, Ponta Verde, nesta capital, por procuração particular datada de 09.04.2001, o imóvel constante desta matrícula, juntamente com os imóveis das Matrículas nºs 3223, 3225, 3233 e 3250; nos termos do art.116 § 1º do Decreto Lei nº 9.760 de 05.09.46; que o outorgado / foreiro, fica sujeito ao pagamento do foro anual em importância equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) do valor do domínio pleno do terreno, que é R\$ 277.022,20 (duzentos e setenta e sete mil, vinte e dois reais e vinte centavos) e que será anualmente atualizado na forma do art.101 do Decreto lei nº 9.760/46 com a redação dada pela Lei nº 7.450 de 23.12.85 e ao pagamento do laudêmio em valor equivalente a 5% sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias a ser cobrado na transferência onerosa, entre vivos, ainda que por força de decisão judicial transitada em julgado, bem assim sobre a cessão de direito / a ele relativo (art.67 do Decreto lei nº 9.760/46, art.3º do Decreto Lei nº 2.398/87 e Decreto nº 95.760/88); que, se o imóvel estiver situado em zona que tenha sido declarada de interesse do serviço público, através do Secretario do patrimônio da União, a transferência do aforamento não poderá ser feita (art.3º § 2º, I, alínea "c" do D.L nº 2.398/87, com as alterações do MP nº 1.567/97 e art.7º do Decreto nº 95.760/88); que, o outorgado em caso no atraso do pagamento do foro a incidência de multa, juros moratórios e demais cominações legais; que, a falta de pagamento do foro implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa (art.17 do Decreto Lei nº 2.323 de 26.02.87); que, o não pagamento do foro durante / 03 (três) anos consecutivos e 04 (quatro) anos intercalados, importará na caducidade do aforamento (art.101 § Único do Decreto Lei nº 9.760/46, alterado pela Lei nº 9.636 de 15.05.98), procedendo-se na forma do disposto, nos arts. 118 e 121 do Decreto Lei nº 9.760/46; que será nula a transmissão do domínio útil do terreno realizado sem o prévio assentimento da Secretaria do Patrimônio da União-SPU; que, o aforamento extingui-se-á por inadimplemento de cláusula contratual, por acordo entre as partes, ou, a critério do Presidente da República por proposta do Ministério da Fazenda, pela remição do foro nas zonas onde / não mais subsistem os motivos determinantes da aplicação do regime efiteutico (art.103 do D.L nº 9.760/46, alterado pela Lei nº 9.636/98, que consistindo o inadimplemento de cláusula contratual ou não pagamento do foro durante 03 (três) anos consecutivos ou 04 (quatro) anos intercalados, é facultado ao foreiro, sem prejuízo do disposto no art.120 do Decreto Lei nº 9.760/46, revigorar o aforamento mediante as condições que lhe forem impostas (art.103 § 1º, D.L nº 9.760/46). Obrigam-se as partes pelas demais condições e obrigações constantes do contrato; dou fê. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 17.01.2003. O Oficial. *Cláudio Pereira de Andrade*

R.6-5892-Protocolo nº 226275-04.06.2004-INCORPORAÇÃO-Por requerimento de 28.05.2004, com // firma reconhecida da BRASKEM S/A, com sede na rua Eteno nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari/BA, inscrita no CNPJ/MF nº 42.150.391/0001-70, com atividade econômica de Extração de Minerais e Fabricação de Cloro e Alcalis, situada na Av. Major Cicero de Góes Monteiro s/nº, Bebedouro e Av. Assis Chateaubriand nº 5260, Pontal da Barra, nesta cidade, / representada por sua procuradora Andréa Rocha Cavalcanti Jucá Paiva, brasileira, casada, / economista, inscrita no CIC/MF nº 453.763.014-00, residente e domiciliada nesta cidade, / por procuração particular datada de 06.05.2004, com firmas reconhecidas para constar que o imóvel constante desta matrícula, da TRIKEM S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0001-54, foi incorporado ao patrimônio da BRASKEM S/A, conforme Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 20.04.2001, registradas na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96310724 em 07.05.2001; Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 27.09.2002, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96402252 em 10.10.2002 e Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15.01.2004, registrada na Junta Comercial do Estado da /

Bahia sob nº 29900738817-29900738825, em 22.01.2004 e Anexo de 08.12.2003, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96595540 em 22.01.2004; Apresentou em cartório em nome da TRIKEM S/A a CND/INSS nº 003232004-04001010 de 19.01.2004; em nome da BRASKEM S/A a CND/INSS nº 009312004-04001010 de 08.03.2004 e Certidão Positiva de Débitos e Tributos e Contribuições Federais com efeitos de Negativa nº 6.631.046 de 03.02.2004; tudo mais conforme documentos apresentados em cartório; dou fé. Eu,  Escrevente, datilografei. Maceió, 02.07.2004. O Oficial .